

“Não dá para liberar crédito para o NE ao bel-prazer”

Após o **Estadão** ter revelado que a Caixa liberou ao Nordeste apenas 2,2% do volume total de empréstimos feitos neste ano, o presidente Bolsonaro negou que a medida tenha motivação política e voltou a criticar os governadores nordestinos. “Os governadores do Nordeste, eles querem separar o Nordeste do Brasil, não vão conseguir”. Na semana passada, ele afirmou que o baixo volume de empréstimos à Região ocorre porque as prefeituras nordestinas são mais inadimplentes do que as das demais do País. Quando confrontado sobre um estudo da CNM, que nega sua afirmação, o presidente disse que tal estudo “não procede” e que o governo está liberando “muito recurso” à Região.

Regulamentação dos aplicativos vira prioridade na Câmara

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Depois de a Câmara de Salvador aprovar o projeto que reduz impostos para as empresas de ônibus e o prefeito ACM Neto (DEM) entregar ontem os novos veículos com ar-condicionado, os vereadores da capital baiana devem priorizar agora a proposta do Executivo que regulamenta o serviço de transporte por aplicativos, como Uber e 99Pop. Ontem, o presidente do Legislativo soteropolitano, Geraldo Júnior (SD), afirmou que a matéria deve ser apreciada

até o fim deste mês. “Fica aqui um compromisso. Assim como nós entregamos os ônibus com ar-condicionado, quero dizer a família de taxistas da cidade de Salvador que nos próximos 15 dias a Câmara Municipal de Salvador, junto com o Executivo, nós iremos construir um projeto que tenha a modulação com os aplicativos. (Vamos aprovar) um projeto que não deixe mais ainda a margem da sociedade essas oito mil famílias. Morreremos agarrados com vocês. Corre nas veias do prefeito ACM Neto, assim como corria nas do senador Antônio Carlos Magalhães, o amor aos taxistas”, declarou Geraldo

Júnior.

Ontem, o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), defendeu que a Câmara aprove o projeto original que foi enviado pelo Executivo. “Conversei recentemente com a nossa vereadora Lorena Brandão, que é relatora da matéria. A expectativa da prefeitura é que a gente possa ter um projeto próximo ao que foi encaminhado pelo Executivo, com aqueles parâmetros de regulamentação. Agora, tenho que esperar a Câmara Municipal aprovar. Aquele projeto que nós mandamos é um projeto que preserva bem a questão dos taxistas, garante o funcionamento dos aplicativos, mas com re-

gras, fiscalização, cobrança. Não gera um desequilíbrio tão grande que existe hoje entre os aplicativos e o táxi. É preciso preservar essa categoria na cidade de Salvador. E o projeto, como nós mandamos, tem essa capacidade. Espero que a Câmara se pronuncie”, afirmou.

Na mesma linha, o presidente da Câmara disse que vai tentar convencer os colegas para aprovar o texto original. “Tenho entendimento e vou fazer um juízo de conveniência para voltar o projeto ao modelo inicial. Se for aprovado como está, vai prejudicar os taxistas da nossa cidade. A minha ideia é voltar ao pro-



jeito dos aplicativos para ter uma paridade entre taxistas e aplicativos”, afirmou. Nas comissões, os vereadores decidiram acabar com a limitação do número de carros. A prefeitura queria que só 7 mil veículos com aplicativos rodassem na cidade. Além disso, ampliou a idade máxima do carro. Relator do projeto, a vereadora Lorena Brandão (PSL) chegou a chamar o texto enviado pelo Executivo de “monstruoso”. “Esse projeto do Executivo é muito fechado. Ficou

um pouco monstruoso. É uma cola. Cola aqui, cola lá. Restringe aqui, restringe ali. Nós estamos trabalhando em um parecer para abrir o leque”, afirmou, em entrevista à Rádio Metrópole, em outubro do ano passado. A social-cristã condenou ainda o fato de a matéria limitar o número de carros. Para ela, “viola o direito fundamental à liberdade iniciativa e livre concorrência”. “A média de vida do carro é de nove anos. Por que o motorista tem que ter um carro de até cinco anos?”, questionou.

Médicos cubanos terão que revalidar diploma no Brasil



APÓS visto de permanência, profissionais que atuaram no programa Mais Médicos terão que fazer revalidação ‘como qualquer médico formado no exterior’, segundo Mandetta.

G1 SC

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse ontem em evento em Florianópolis que os médicos cubanos que permanecem no país terão que revalidar o diploma para continuar atuando na profissão. Ainda em junho, antes do lançamento do programa Médicos Pelo Brasil para substituir o Mais Médicos, o Ministério da Saúde chegou a informar que estava discutindo “alternativas para o exercício profissional” dos médicos de Cuba. “Os médicos cubanos eles deixaram [o programa Mais Médicos], Cuba rompeu. Eles receberam nesta semana o visto permanente, agora precisa ter todo o trabalho de revalidação de diploma

como qualquer médico formado no exterior precisa ter para exercer a profissão no Brasil”, afirmou o ministro.

Em novembro de 2018, o governo de Cuba decidiu sair do programa Mais Médicos. Na época, o país citou “referências diretas, depreciativas e ameaçadoras” feitas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro à presença dos médicos cubanos no Brasil. O país caribenho enviou profissionais para atuar no Sistema Único de Saúde desde o ano de 2013, quando o governo da então presidente Dilma Rousseff criou o programa para atender regiões carentes sem cobertura médica. Na quarta-feira (7) foi divulgada uma lista oficial de médicos aptos à prorrogação do programa Mais Médicos. Não há profissionais lotados em Santa

Catarina nesta nova listagem. No evento de ontem, na capital catarinense, no Fórum de Ética do Conselho Regional de Medicina, o ministro rebateu a situação falando de outros programas que estariam reforçando o atendimento médico à população. “O que a gente fez foi primeiro lançar um programa chamado ‘Saúde na Hora’ que é tipicamente para as cidades com maior IDH, cidades médias e cidades grandes. A cidade que mais aderiu, que tem maior volume de unidades, é Florianópolis. Que é você triplicar o valor do custeio, o maior custeio era R\$ 40 mil para R\$ 116 mil, para que elas possam trabalhar das 7h até as 22h. Inclusive flexibilizando o vínculo de horário dos médicos, que era 40 horas para 20 horas.

Facilitar os jogos de cobertura”, completou o ministro.

Ainda segundo Mandetta, Santa Catarina tem condições de atrair profissionais por conta própria. “O programa que lançamos agora, na semana passada, chamado ‘Médicos pelo Brasil’, ele utiliza os critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, do IBGE, que classifica os diferentes ambientes. Não existe nenhum critério político, sim critério técnico. Às vezes você não tem a dificuldade de colocar, você precisa do recurso para colocar o profissional. Eu acho que Santa Catarina é um estado que tem total condição, com os recursos que nós estamos colocando a mais na atenção básica, tem condições de atrair profissionais para cá”, finalizou.

Universidades dizem só ter como pagar as contas até setembro

ISABELA PALHARES
ESTADÃO CONTEÚDO

As universidades federais afirmam que todo o recurso previsto para ser liberado até o fim do ano não é suficiente nem para pagar integralmente as contas e contratos que vencem em setembro. Algumas instituições alertam que, sem a liberação de mais dinheiro pelo Ministério da Educação (MEC), terão de suspender aulas ou atividades por não conseguir pagar, por exemplo, serviços de vigilância, limpeza e energia. O orçamento previsto inicialmente para o custeio das universidades este ano era de R\$ 6,25 bilhões, mas em abril o MEC divulgou que

iria bloquear 30% em um grande contingenciamento definido pelo governo. Quando foi anunciada a restrição, o ministro Abraham Weintraub disse que a redução não afetaria as atividades, se os reitores fizessem economia e melhor gestão dos recursos.

Das 63 federais do País, 37 responderam ao jornal O Estado de S. Paulo que adotaram medidas para cortar gastos, com revisão de contratos e mudança em procedimentos internos, mas mesmo assim dizem que o valor que ainda têm para receber do MEC é insuficiente para todas as despesas.

Esta semana, o MEC liberou para as universidades 5% do orçamento previsto no início

do ano. Com essa parcela, elas atingiram 58% de liberação do orçamento originalmente previsto. Como 30% do recurso está bloqueado, elas ainda têm para receber este ano cerca de 12% do total original. Mas parte dessa verba de custeio não bloqueada (e ainda não liberada) está reservada para assistência estudantil - como bolsas, moradia, transporte. Enquanto isso, algumas das principais instituições de ensino superior do País não sabem se conseguirão manter as aulas normalmente no próximo mês. A Federal do Rio (UFRJ) diz que, como a redução foi anunciada após o início do ano letivo, houve pouca margem de economia. A instituição está com contas atrasadas há dois



AS UNIVERSIDADES federais afirmam que todo o recurso previsto para ser liberado até o fim do ano não é suficiente nem para pagar integralmente as contas e contratos que vencem em setembro

meses e teme não conseguir pagá-las pelo terceiro mês seguido, o que permitiria às empresas encerrar serviços.

Entre as contas atrasadas, está o da empresa que faz vigilância, limpeza, transporte e fornece alimentação.

Segundo Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, alguns fornecedores queriam suspender serviços já este mês. “Conseguimos convencê-los a ficar, mas sem que paguem não há negociação possível. Se não pagamos, a

empresa não tem dinheiro para pagar os salários de vigias. Como garanto funcionamento sem vigilância? Não posso ter aula à noite sem garantir segurança a alunos, professores, funcionários.”

Pró-reitor da Federal do Pernambuco (UFPE), Thiago Neves explica que as universidades estão há três anos com o orçamento de custeio no mesmo patamar - sem correção de inflação. Por isso, diz, já enfrentavam dificuldade financeira. “Os contratos são reajustados todos os anos, mas nosso orçamento é o mesmo. Não há margem, nosso dinheiro era pouco para todos os nossos compromissos, e com o bloqueio de 30% a situação ficou insustentável”, argumenta.

PONTO DE VISTA

Everaldo Augusto

Apagão no transporte coletivo de Salvador

Salvador vive mais um episódio da crise crônica de mobilidade urbana. O transporte caro, ineficiente e inexistente para boa parte dos bairros, pode piorar ainda mais. Os empresários do setor deixaram de pagar tributos à prefeitura, suspenderam o pagamento das cotas da outorga da concessão, dizem que não vão renovar a frota, não vão equi-

par os veículos com ar condicionado e ainda vão demitir funcionários. Lembremos que renovação da frota e ar condicionado são responsabilidades impostas pela última licitação em 2014, promessas históricas nunca cumpridas.

O prefeito busca soluções fáceis e resolveu escancarar de vez, anunciando como única alternativa, no seu modo de ver, a isenção do pagamento de

impostos para as empresas, neste caso o ISS, que por baixo vai significar um calote de R\$27 milhões por mês aos cofres públicos e anistiar da dívida oriunda da outorga da concessão.

Diante da disjuntiva de calote ou apagão, é preciso dizer que a crise do transporte coletivo tem a ver com a forma que a atual gestão trata a coisa pública. Nestes quase oito anos de patrimônio da cidade foi alvo de uma política predatória de transferência para a iniciativa privada através de concessões, privatizações e venda pura e simplesmente. Tudo sob o discurso da modernidade e geração de emprego. O resultado está aí. Salvador é campeã em desemprego,

capital mais desigual do Brasil e com menor arrecadação per capita, só para citar alguns exemplos.

Em segundo lugar, mas não menos importante, a causa do problema está no modelo de licitação do transporte público. A atual administração mudou o critério, que antes era pelo menor preço da tarifa, e adotou o modelo por outorga da concessão, pelo qual a prefeitura vende o direito de explorar as linhas para aqueles que apresentem maior oferta.

O resultado deste tipo de licitação já era esperado e agora está sendo comprovado. À época, quando o projeto foi debatido na Câmara Municipal, não faltaram advertências aos em-

presários de que estariam entrando em um beco sem saída e que inevitavelmente as empresas ficariam incapazes de honrar com a dívida. De lá para cá o quadro se agravou com a crise econômica, que fez cair a renda dos trabalhadores, aumento do desemprego e um número maior de pessoas passou a andar a pé pelo simples fato de não ter como pagar a passagem, uma das mais caras do país. Acrescente a isso a entrada em funcionamento do metrô e a extinção de cerca de cem linhas de ônibus.

A saída para a atual crise do sistema público de transporte precisa ser estruturante. O próprio sistema precisa ser repensa-

do. A atual licitação deveria ser anulada e um debate transparente deveria ser feito à luz das necessidades da cidade, com base nos princípios da mobilidade urbana - sustentável (Lei 12.587/12). Somente assim poderia se pensar em formas de financiamento e subsídios com contrapartidas reais para a população, como o passe livre para os estudantes e para os idosos acima de sessenta anos, integração geral, inclusive do transporte alternativo, entre outros. Fora disso é esperar pelo apagão.

Everaldo Augusto é ex-vereador por dois mandatos e atual presidente do PCDoB de Salvador